

Entre arquiteturas, cidades e gêneros

A chamada para o Número 17 da Thésis convidou submissões de trabalhos centrados em temas de gênero sob diferentes perspectivas, incluindo questões sobre habitação, mobilidade, segurança, direito à cidade, espaço público, projeto dos ambientes, outras histórias e narrativas da arquitetura e do urbanismo, especificidades e desafios de uma cidade para as mulheres, e práticas projetuais e/ou tecnologias sociais que incorporem questões de gênero em seus processos. Assim, a Thésis buscou unir-se aos esforços de diversas outras publicações nacionais e internacionais que têm sistematicamente aberto espaço para as pesquisas de gênero, particularmente aquelas ligadas às diferentes vertentes do feminismo.

Recebemos 32 submissões, um número muito expressivo e que denota como os campos da Arquitetura e do Urbanismo estão atentos e responsivos à urgência da temática feminista no Brasil, e que a maturidade dessas pesquisas aponta para seu enraizamento profundo e profícuo. Dessas submissões, a Thésis nº 17 apresenta 18 artigos e uma resenha que percorrem uma ampla gama de recortes temáticos e teóricos, abordagens metodológicas e estudos de caso, apresentando um panorama rico e inspirador para a comunidade de pesquisadoras e pesquisadores da ANPARQ.

No artigo **A contribuição feminina na configuração do lar através dos manuais de economia doméstica - 1940 a 1960**, Kelen Gracielle Magri Ferreira e Ana Maria Reis de Goes Monteiro proporcionam uma visão crítica sobre o papel dos manuais de economia doméstica, populares no século XX, na consolidação do papel de cuidadoras das mulheres. O texto analisa como os manuais de Isabel de Almeida Serrano conectavam as mulheres aos campos da Arquitetura e do Design de Interiores, reconhecendo e valorizando a complexidade das atividades e responsabilidades da

dona de casa, enquanto abriam “espaço para reflexões mais amplas sobre o papel das mulheres na construção e organização do ambiente doméstico”.

No artigo **Cidade do cuidado: de um urbanismo hegemônico para um urbanismo feminista, situado e transformador**, as autoras Clarisse Cunha Linke e Rossana Brandão Tavares constroem um forte arcabouço teórico para sustentar a hipótese de um urbanismo feminista, focado no trabalho reprodutivo e de cuidados, como uma possibilidade de transformar a prática hegemônica do urbanismo capitalista. Para tanto, debatem o caso do Sistema Distrital de Cuidados de Bogotá, parte do Plano de Ordenamento Territorial 2022-2035, que busca implementar as *Manzanas de Cuidado*, uma rede de equipamentos, infraestrutura e serviços de cuidados para as pessoas cuidadoras, crianças, idosos e pessoas com deficiência inovadoramente focada nas populações mais vulneráveis da cidade.

O texto **Fazer-casas-territórios: mundos guardados em histórias de mulheres**, de Vanessa Alves Cordeiro e Thais Troncon Rosa, “oferta ao campo dos estudos urbanos algumas referências da diversidade de modos de fazer e habitar casas e territórios”. Essa oferta se realiza a partir de uma leitura sensível e teoricamente consistente das narrativas de vida de duas mulheres, Urçula e Luzia. Calcadas na teoria de perspectiva feminista, as autoras trabalham com experiências corporificadas e situadas dessas mulheres, experiências representativas da vivência de incontáveis mulheres brasileiras, para compreender a generificação da produção espacial da casa e do território.

José Almir Farias e Ana Clara Benjamim, no artigo **Interseccionalidade: Uma análise de sua instrumentalização teórico-metodológica nos estudos urbanos**, apresentam uma excelente revisão biblio-

gráfica de trabalhos sobre o conceito de interseccionalidade, apresentado por Patricia Hill Collins na década de 1990 e, desde então, vem sendo aprimorado e debatido por inúmeros pesquisadores, sendo uma das ferramentas teóricas mais profícuas e instigantes da contemporaneidade nos estudos de gênero e raça. Os autores trazem contribuições substanciais ao debate ao identificar questões epistemológicas, espaciais e metodológicas nos trabalhos sobre/a partir da interseccionalidade. Em conclusão, afirmam que “Em uma leitura otimista, a teoria interseccional veio para consolidar uma nova sensibilidade nos modos de ver e construir a cidade e, portanto, estaríamos no início de um processo em que o ativismo político radicaliza o direito à cidade e com isso revigora e amplia o ideal de justiça e igualdade.”

Em **As Mulheres no graffiti e nas ruas: marcas da luta pelo direito à cidade na cartografia da paisagem simbólica do Centro do Rio de Janeiro**, Diana Amorim dos Santos da Silva e Naylor Barbosa Vilas Boas apresentam uma interpretação sobre os graffitis realizados por mulheres no centro do Rio de Janeiro entre 2015 e 2022. Com uma abordagem interdisciplinar a partir do urbanismo, da história da arte e do design, os autores utilizaram ferramentas de geoprocessamento para mapear os graffitis, somado ao trabalho de campo e pesquisas em redes sociais, procurando identificar e reconhecer as artistas. O trabalho permite questionar o paradigma de que o graffiti é uma intervenção político-artística dominada por homens, enquanto apresenta uma decodificação sensível “dos grafismos da paisagem urbana” do centro do Rio.

Nádia Mendes de Moura contribui, com o texto **As taverneiras na dinâmica urbana da cidade de Goiás no século XIX**, para uma revisão sob uma perspectiva de gênero da historiografia da cidade nos períodos colonial e imperial no Brasil. Apoiada por ampla documentação primária, Nádia mostra uma lista de mulheres que desenvolviam atividades de venda na cidade de Goiás no início do século XIX, cartografando de forma muito rica a localização específica de trabalho dessas taverneiras e vendeiras e questionando o domínio masculino na cidade colonial. O trabalho aponta para o reconhecimento do papel feminino na conformação e no cotidiano da cidade revelando “um campo de resistência, tensão e luta”.

Em **Arquitetas [urbanistas e projetistas]: e nós, aonde vamos?**, Silvia Scoralich de Carvalho e Dinah Tereza Papi de Guimaraens desenvolvem uma profunda discussão teórica sobre o feminismo. Como contri-

buição e constroem uma tipologia teórica que organiza vertentes, epistemologias e paradigmas do feminismo, transformando-os em “operadores analíticos”, contribuindo para o fortalecimento das análises das relações sociais de gênero no contexto urbano e arquitetônico.

Ester Carro e Angélica Benatti Alvim, em **Empoderamento comunitário: A importância da capacitação técnica feminina**, analisam os impactos de uma capacitação técnica das mulheres realizada pelo Instituto Fazendinho no Jardim Colombo, favela do Complexo de Paraisópolis, situada na região do Morumbi, bairro nobre da cidade de São Paulo. O artigo oferece uma visão privilegiada do processo de capacitação, construída a partir da observação participante de Ester, moradora do Jardim Colombo e liderança local. A oferta de capacitação para mulheres em atividades da construção civil, incluindo formações em pintura, azulejaria, ceramista, eletricitista, artesanato, marcenaria, reboco e impermeabilização contribui não apenas para a inserção no mercado de trabalho, mas também para as melhorias habitacionais para as próprias moradoras, fomentando a autonomia econômica, a inclusão social das mulheres e o empoderamento comunitário.

Em **A segregação espacial e dinâmica de gênero em Brasília**, Rogério Rezende e Hilde Heynen questionam o discurso de igualdade de acesso e experiência urbana difundidos no ideário sobre Brasília sob uma perspectiva de gênero. O trabalho cuidadoso e perspicaz analisa o discurso dos princípios fundadores de Brasília, problematiza fatos históricos, além de dados demográficos e observações sociais, concluindo que “certas características espaciais da cidade contribuíram para a discriminação baseada em gênero, afetando especialmente as mulheres”.

Marina Guerra Diógenes e Maria Paula Albernaz, autoras de **A cidade como um espaço pautado pelo gênero: observações sobre a invisibilização das mulheres no direito à cidade**, dão importantes contribuições ao afirmarem que os debates de gêneros são fundamentais para o campo da produção do espaço urbano e que esses finalmente têm recebido a devida atenção nos últimos anos, refletindo o fortalecimento do movimento feminista pelo mundo. O artigo apresenta uma extensa revisão bibliográfica sobre o direito à cidade e o urbano sob uma perspectiva de gênero, base para uma crítica à invisibilização das mulheres nas mais diversas esferas da produção da arquitetura e do urbanismo.

Yara Neves e Mônica Olender, autoras de **Reinventar a cidade pelas práticas cotidianas femininas**, problematizam as desigualdades de gênero na cidade considerando que o espaço urbano é muito mais adaptado às demandas e papéis sociais dos homens. Partindo dessa premissa, as autoras debatem as questões sobre o direito à cidade, a feminização da pobreza e a reprodução das desigualdades urbanas, que atingem mais mulheres do que homens, e ilustram esse panorama a partir de experiências empíricas em um projeto promovido pela ONU em parceria com a Prefeitura de Juiz de Fora que visita Zonas de Especial Interesse Social aplicando a metodologia do Mapa Rápido Participativo. José Carlos Huapaya Espinoza, Cora Levin e Brenda Araujo Fiuza, em *Mulheres que fazem cidades: uma aproximação aos projetos urbanos da arquiteta baiana Arilda Cardoso, 1975-1982*, destacam a obra da arquiteta baiana Arilda Cardoso Sousa, com especificidade aquela desenvolvida quando ela era Coordenadora do Grupo de Trabalho "Áreas Verdes e Espaços Abertos" do Órgão Central de Planejamento da Prefeitura da capital baiana, entre 1975 e 1982. Trata-se de uma contribuição à história da arquitetura e do urbanismo soteropolitanos, que tem sido escrita a partir de olhares específicos, predominantemente relacionados a edificações paradigmáticas ou obras de arquitetos (homens).

Em **Utopias artísticas e feministas: uma cidade para as mulheres a partir da arte urbana em Belo Horizonte**, Carolina M. Soares Lima e Daniel Medeiros de Freitas discutem o papel das utopias artísticas e feministas, considerando as condições históricas e contemporâneas de sua produção, especialmente no Sul Global, sob a perspectiva do feminismo decolonial. Assim, a colonialidade do poder é vista como uma tecnologia de dominação que persiste na contemporaneidade, com destaque para a categoria socioespacial de América. Neste contexto de articulação entre a teoria urbana crítica e o feminismo decolonial, há um enfoque na arte do lugar urbano em Belo Horizonte para acessar, imaginar e desvelar utopias feministas na cidade.

O artigo **A emancipação feminina por meio da autogestão nos movimentos de moradia**, de autoria de Nathalia de O. Silva e Eneida de Almeida, lida com a participação feminina nos movimentos de moradia social, com particularidade no Mutirão da Associação de Construção Comunitária Paulo Freire, na Zona Leste de São Paulo, não somente no dia-a-dia do canteiro de obra, como nas posições de liderança comunitária. As entrevistas realizadas objetivam compreender novas formas de produção do conhecimento e do espaço por meio de ações insurgentes e contra-hegemônicas.



Miriam dos Santos Generoso traz uma contribuição única à revista, apresentando o texto Não escolhi liderar, mas me escolheram como liderança!: construção pretagógica de liderança feminina, onde a narrativa pessoal de sua trajetória de formação nos/com os movimentos sociais funciona como um fio condutor de uma potente crítica política e urbana à desigualdade de oportunidades operacionalizada pelo racismo e pelo machismo no Brasil.

Abraão Pinto de Oliveira Nóbrega e Ana Gomes Negrão, no artigo **Análise de padrões estimativos de hostilidade urbana com base em gênero e etnia em João Pessoa-PB**, relacionam características sociais com padrões estimativos da densidade de comportamentos hostis, tendo como elementos comparativos, os indicadores de gênero e etnia. Refletem ainda sobre o impacto do desenho urbano e do imaginário social coletivo, que constitui e fortalece uma estrutura social excludente e hostil, que resulta na vulnerabilização de grupos e no isolamento de recortes privilegiados da urbe.

Em **Cartografia da insegurança: caminhos possíveis para o desenho dos espaços públicos sob a perspectiva de gênero**, Clarice Misoczky de Oliveira, Raquel Pahim e Ana Clara Menuzzi identificam os elementos que compõem o mapa do medo para criar diretrizes para espaços públicos dentro da perspectiva do urbanismo feminista. O estudo analisa auditorias de segurança com mulheres em duas praças no Centro Histórico de Porto Alegre (RS). A metodologia procura não apenas apoiar planos e projetos, mas também mudar a percepção das mulheres para melhorar o uso dos espaços públicos.

A sessão Ensaios se encerra com o texto **Feminismo periférico e urbanismo antirracista: Práticas e trocas de saberes com a Coletiva As Caboclas, Rio de Janeiro**, de Rachel Coutinho M. da Silva e Leslie Gonzalez, que relata e problematiza a desigualdade de gênero na cidade a partir de uma experiência de assessoria técnica para melhorias habitacionais no território periférico do bairro de Campo Grande, no Bosque dos Caboclos, chamado Mulheres em Ação entre 2017 e 2019. A análise foi realizada sob a perspectiva do feminismo periférico, que se refere às ações e lutas das mulheres da periferia, ressignificando suas existências em áreas vulneráveis, bem como seu poder de transformá-las e construir coletivamente outras possibilidades. As atividades envolveram diagnósticos participativos, definição de prioridades, organização do trabalho coletivo, oficinas de capacitação e mutirões.



Essa experiência ensejou a visão de um urbanismo antissexista e antirracista, possível a partir da vivência de resistência das periferias.

Na sessão Arquivo apresenta a tradução do texto ***Introduction: Reflections on the Scope of the Tectonic***, de autoria do professor Kenneth Frampton. A tradução foi realizada pelos professores Mônica Aguiar (DAU-PUC/Rio), Marcos Favero (DAU-PUC/Rio) e Mara Eskinazi (FAU-UFRJ), sendo a revisão final da versão em português realizada por Gabriel Pomeranclum com o apoio financeiro do PPGArq DAU-PUC/Rio.

Na sessão Recensão, procuramos um livro que se aproximasse das questões de gênero debatidas nos artigos, contribuindo para diminuir a invisibilidade das mulheres na historiografia da arquitetura e do urbanismo. Assim, convidamos o professor Leandro de Souza Cruz para elaborar a resenha do livro da arquiteta argentina Zaida Muxí Martínez, ***Mujeres, casas y ciudades: más allá del umbral***, onde a autora desenvolve uma “reescrita da história da arquitetura e do urbanismo a partir das contribuições de mulheres que foram silenciadas nas histórias gerais”.

Na sessão Passagens, Lia Tostes traz um ensaio crítico sobre as relações entre o modernismo e o colonialismo a partir de uma interpretação arquitetônica e política da coluna do Palácio da Alvorada, de Oscar Niemeyer.

Não podemos deixar de mencionar que neste ano, 2024, nossa associação realizará seu principal evento, o ENANPARQ 8, com o tema Encruzilhadas – convergências e dispersões. O evento acontecerá no Rio de Janeiro, entre 19 e 24 de outubro, com organização formada por um coletivo de 7 programas de Pós-graduação da cidade: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura | PROARQ-FAU/UFRJ; Programa de Pós-Graduação em Urbanismo | PROURB-FAU/UFRJ; Mestrado Profissional em Arquitetura Paisagística | MPAP-FAU/UFRJ; Programa de Pós-Graduação em Projeto e Patrimônio | PGPP-FAU/UFRJ; Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | PPGAU/UFF; Programa de Pós-Graduação em Arquitetura | PPGArq/PUC-Rio e o Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | PPGAU/IFF. As inscrições estão abertas no site <https://enanparq8.com.br/>

No ENANPARQ 8 serão divulgados os resultados do Prêmio ANPARQ 2024, que tem a finalidade de valorizar a produção científica e a inovação da área de Arquitetura e Urbanismo nas modalidades: Tese; Dissertação de mestrado acadêmico; Trabalho de conclusão de curso



de mestrado profissional; Livro autoral; Livro coletânea; Capítulo de livro coletânea; Artigo em periódico e Projeto de extensão. Com coordenação geral de Miguel Buzzar, do IAU/USP, Presidente da ANPARQ, Ana Gabriela Godinho Lima, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, James Miyamoto, da UFRJ, e Marcio Cotrim, da UFBA, conta com apoio de inúmeros professores de todo o Brasil nas diferentes comissões avaliadoras.

A colagem da capa, obra de Lídia Quietó, faz uma potente interpretação poética da metáfora das ondas feministas que, mais do que fenômenos com início, ápice e fim, devem ser interpretadas como contínuos a serem revisitados para mostrar suas contradições, diversidade de pautas, continuidades e permanências entre os diversos períodos de luta feminista.